

“Frio como a pedra de que se há de compor” : caboclos e monumentos na comemoração da Independência na Bahia, 1870-1900 ***

*Hendrik Kraay****

No dia 2 de julho de 1895, um dia chuvoso do inverno baiano, autoridades estaduais e representantes da elite de Salvador, capital do Estado, inauguraram um enorme monumento de mármore e bronze, em comemoração da expulsão das tropas portuguesas da cidade, em 1823 (Figura 1). O novo monumento dominava o Campo Grande, ainda sem arborização, centro do bairro

* Agradeço o apoio financeiro recebido do Social Sciences and Humanities Research Council (Canadá) e da Universidade de Calgary, e o serviço de assistência de pesquisa de Sonya Marie Scott e Lucineide dos Santos Vieira. Agradeço também a revisão do texto português de Paulo Knauss. Versões preliminares deste artigo foram apresentadas na conferência do Rocky Mountain Council for Latin American Studies, Tucson, Arizona, 3 de março de 2001; na conferência, “Images of Power: National Iconographies, Culture and the State in Latin America”, Institute of Latin American Studies, Universidade de Londres, 2 de maio de 2001; e no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 29 de agosto de 2001. Agradeço a Richard Graham, a Jens Andermann e aos participantes destas reuniões pelos seus comentários. As seguintes abreviaturas são usadas nas notas: APEB (Arquivo Público do Estado da Bahia); Rio (cidade do Rio de Janeiro). A não ser que seja indicado, todos os jornais foram publicados em Salvador.

** Artigo recebido em julho de 2002 e aceito para publicação em setembro de 2002.

*** PhD, Professor do Departamento de História da Universidade Calgary, Canadá.

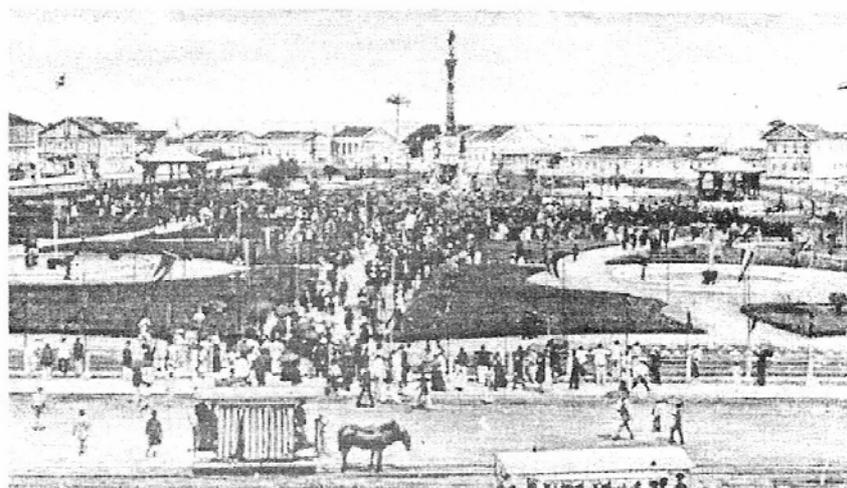
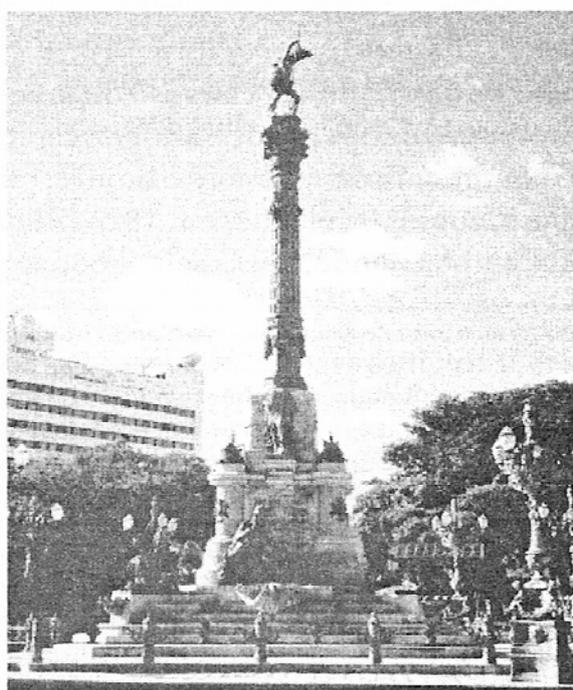


FIGURA 1. A Inauguração do Monumento ao Dois de Julho, Campo Grande, 2 de Julho de 189. Fonte: Coleção Antônio Marcelino, Museu Temporal, Salvador.



*FIGURA 2. O Monumento ao Dois de Julho de Carlo Nicoli, 1895 (Julho de 2000)
Fonte: Foto de Hendrik Kraay.*

ro residencial preferido da elite. Atualmente cercado de prédios altos e palmeiras plantadas pouco depois da inauguração, ainda é uma estrutura impressionante, relativamente bem conservado e inalterado em relação ao projeto original (Figura 2).

Ao construí-lo, os baianos participavam de um fenômeno típico do século XIX. A construção de monumentos era geralmente considerada um marco da civilização e uma maneira imprescindível de embelezar as crescentes áreas urbanas. Tanto a “estatuamania” da Terceira República francesa quanto a proliferação de estátuas de soldados da guerra civil norte-americana (produzidas em massa) faziam parte desta difusão da arte pública pelo espaço urbano do mundo atlântico. Monumentos visavam fixar interpretações históricas – a abolição, nos Estados Unidos, por exemplo, só podia ser comemorada através de estátuas do presidente Abraão Lincoln e não havia monumentos a escravos – embora fossem, às vezes, objetos de conflitos agudos. Os regimes franceses que se sucediam ao longo do século tiravam os monumentos dos seus antecessores e impunham seus símbolos ao espaço público.¹

Boa parte da literatura sobre monumentos analisa os complexos processos políticos e artísticos que levaram à sua construção. Embora sejam questões importantes, o verdadeiro teste de muitos deles veio depois da sua inauguração, quando foram inseridos em comemorações cívicas. Um caso exemplar é o do principal monumento da independência, no Rio de Janeiro, a estátua eqüestre do imperador Dom Pedro I, construída em 1862. Logo depois, virou uma parte importante das comemorações do dia 7 de setembro, que lembrava o “Grito do Ipiranga” de 1822 como o momento fundador da nação brasileira. Mas, desde sua inauguração, a estátua tem enfrentado outro herói, Tiradentes, o bode expiatório da Inconfidência Mineira de 1789, que era apresentado por republicanos como um símbolo nacional mais apropriado;

¹ A literatura sobre monumentos é vasta; estudos importantes incluem Kirk Savage, *Standing Soldiers, Kneeling Slaves: Race, War, and Monument in Nineteenth-Century America*, Princeton, Princeton University Press, 1997; Michael Paul Driskel, *As Befits a Legend: Building a Tomb for Napoleon, 1840-1861*, Kent, Kent State University Press, 1995; Michele Bogart, *Public Sculpture and the Civic Ideal in New York City, 1890-1930*, Chicago, University of Chicago Press, 1989; Maurice Agulhon, “La ‘statuomanie’ et l’histoire”, *Ethnologie française*, Vol. 8, Paris, 1978, pp. 145-72; William Cohen, “Symbols of Power: Statues in Nineteenth-Century Provincial France”, *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 31, nº 3, Cambridge, July, 1989, pp. 491-513. Sobre o Brasil, ver os artigos em Paulo Knauss (Org.), *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*, Rio, Sette Letras, 1999.

depois da proclamação de república, em 1889, alguns republicanos chegaram a exigir a remoção da estátua.²

Na Bahia, a comemoração da independência destacava o dia 2 de julho – Dois de Julho – festa que apresentava sua interpretação, lembrando a expulsão das tropas portuguesas de Salvador, em 1823, e, mais importante, a mobilização do povo que a guerra exigira na Província. O tema-chave da comemoração do Dois de Julho era a origem popular da independência e, de fato, o festival tinha importantes elementos demóticos. Como tal, foi mais difícil representá-lo em arte pública do que a declaração de Dom Pedro. O monumento do Dois de Julho fez parte de um esforço de alguns membros da elite baiana para suprimir os festejos populares, porque a mistura de elementos carnavalescos com o ritual cívico lhes ficara cada vez mais constrangedora, a partir da década de 1870, tanto por causa da ampla participação popular, quanto por causa das figuras indígenas, os caboclos, que simbolizavam a libertação baiana e tinham um papel de destaque nas comemorações em Salvador. Construir um monumento fixo e fazê-lo o objeto de celebrações patrióticas no Dois de Julho oferecia um modo mais moderno e respeitável de comemorar o feriado, da mesma maneira que, na França republicana, alegorias fixas (estátuas) de Marianne eram imagens mais conservadoras que as móveis, associadas às interpretações radicais da revolução.³ Enquanto as comemorações oficiais da independência baiana, depois de 1895, se realizavam em torno do monumento, o festival popular se deslocou para o outro lado da cidade, para a freguesia de Santo Antônio além do Carmo, onde os caboclos permaneciam como o centro da comemoração. Isto revela a durabilidade do patriotismo popular, manifestado nas comemorações do Dois de Julho, que o monumento e os seus patrocinadores não podiam suprimir.

No sentido mais amplo, o monumento do Dois de Julho pode ser analisado dentro de diversos outros contextos políticos, sociais e culturais. Na época do final do império e da proclamação da república – o Imperador Dom

² Sobre a estátua eqüestre, ver André Rochet, *Louis Rochet: sculpteur sinologue, 1813-1878*, Paris, A. Bonne, 1978, pp. 143-215; Alfredo Galvão, “A estátua eqüestre de D. Pedro I”, *Arquivos da Escola Nacional de Belas Artes*, Vol. 8, Rio de Janeiro, 1962, pp. 33-43; Maria Eurydice de Barros Ribeiro, “Memória em bronze: estátua eqüestre de D. Pedro I”, Knauss (Org.), *Cidade vaidosa*, pp. 15-28; José Murilo de Carvalho, *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp. 57-73.

³ Maurice Agulhon, *Marianne into Battle: Republican Imagery and Symbolism in France, 1789-1880*, Cambridge, Cambridge University Press, 1981, p. 88.

Pedro II foi derrubado por um golpe militar, no dia 15 de novembro de 1889 – a segunda cidade brasileira, Salvador, e a Província da Bahia (Estado, depois de 1889) sofriam um brusco declínio econômico e político, em relação ao Rio de Janeiro. Com sua vibrante cultura afro-brasileira e sua incapacidade de atrair sequer uma pequena porção dos imigrantes que afluíram ao país depois de 1889, a Bahia parecia a antítese da sociedade moderna emergente. Entretanto, os baianos nem desejavam a mudança de regime, apenas aceitando tardiamente o fato da república, no dia 17 de novembro, quando ficou claro que Dom Pedro II fora exilado.⁴ No início do século XX, governos baianos lutavam para se igualar ao Rio de Janeiro nas reformas urbanas, alargando as ruas estreitas do centro de Salvador e construindo uma larga (mas não totalmente reta) Avenida Sete de Setembro, fraca imitação da Avenida Central (hoje Rio Branco) da capital do país.⁵ O monumento do Dois de Julho pode ser visto como precursor destas reformas urbanas posteriores; certamente encarnava boa parte do ideário inscrito na geografia urbana de Salvador, depois de 1900. Todavia, incluía uma estátua do caboclo em cima da sua coluna, o que sugere que este símbolo indigenista, fundamental para a festa popular, não podia ser tão facilmente descartado, mesmo numa época em que o indigenismo saía da moda. Os críticos do caboclo apenas esperavam domá-lo, congelando-o em bronze e prendendo-o no monumento. Esta incorporação do caboclo – na sua origem, um símbolo demótico e mesmo radical – aponta, como a continuação do festival, a força do patriotismo popular.

⁴ Sobre a política e a sociedade baianas depois de 1889, ver Consuelo Novais Sampaio, *Partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*, 2ª ed., Salvador, EDUFBA, 1998, cap. 1; Eul-Soo Pang, *Bahia in the First Brazilian Republic: Coronelismo and Oligarchies, 1889-1934*, Gainesville, University of Florida Press, 1979; Dain Borges, *The Family in Bahia, Brazil, 1870-1945*, Stanford, Stanford University Press, 1992; Dain Borges, “Salvador’s 1890s: Paternalism and Its Discontents”, *Luso-Brazilian Review*, Vol. 30, nº 2, Madison, Winter, 1993, pp. 47-57; Robert M. Levine, “The Singular Brazilian City of Salvador”, *Luso-Brazilian Review*, Vol. 30, nº 2, Madison, Winter, 1993, pp. 59-69; Kim D. Butler, *Freedoms Given, Freedoms Won: Afro-Brazilians in Post-Abolition São Paulo and Salvador*, New Brunswick, Rutgers University Press, 1998.

⁵ Rinaldo Cesar Nascimento Leite, “A civilização imperfeita: tópicos em torno da remodelação urbana de Salvador e outras cenas em torno da civilidade, 1912-1916”, *Estudos Ibero-Americanos*, Vol. 24, nº 1, Porto Alegre, junho de 1998, pp. 95-129. Sobre as reformas urbanas no Rio, ver Jeffrey D. Needell, *A Tropical Belle Epoque: Elite Culture and Society in Turn-of-the-Century Rio de Janeiro*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, pp. 22-28, 31-45; Teresa A. Meade, *“Civilizing” Rio: Reform and Resistance in a Brazilian City, 1889-1930*, University Park, Penn State University Press, 1997, pp. 75-101.

Dois de Julho e Sua Comemoração, 1870-1894

Na década de 1870, Dois de Julho, a comemoração anual da mobilização patriótica e o cerco de Salvador, que obrigou as tropas portuguesas a evacuem a cidade, em 1823, já era bem estabelecida como o principal feriado cívico na Bahia.⁶ Apesar de ter sido sancionado pelo governo imperial em 1831, foi comemorado apenas na Província, e não no resto do país. Há muito, suas celebrações complexas têm fascinado os folcloristas, mas apenas recentemente chamaram a atenção acadêmica.⁷ Os contornos desta festa complicada, da forma que existia no início da década de 1870, são bastante claros. Começou com o levantamento de um mastro, no dia 3 de maio (a data tradicional em que se reunia o Parlamento brasileiro), no Terreiro de Jesus, uma praça do centro da cidade. No final de junho, a Câmara Municipal emitia um bando, que convocava os habitantes a participarem do festival. Este bando foi lido em altas vozes em toda a cidade, acompanhado de bandas e foliões mascarados. Uma vigília noturna na Lapinha, na margem norte da cidade, precedeu a grande parada, na qual os símbolos indigenistas da independência, os caboclos, eram conduzidos do seu pavilhão na Lapinha até o Terreiro. O desfile lembrava a ocupação pacífica de Salvador, em 1823, e incluía autoridades civis e militares, batalhões do exército e da Guarda Nacional, batalhões patrióticos, informalmente organizados, e todas as bandas musicais da cidade, seguidos por uma multidão enorme.

Depois de um *Te Deum* na Catedral, as autoridades lideravam a multidão em vivas ao imperador (cujo retrato era desvelado), ao Brasil, à Bahia e

⁶ Sobre a independência na Bahia, ver Hendrik Kraay, *Race, State, and Armed Forces in Independence-Era Brazil: Bahia, 1790s-1840s*, Stanford, Stanford University Press, 2001, cap. 5.

⁷ As principais crônicas folclóricas do Dois de Julho são de Alexandre José de Melo Moraes Filho, *Festas e tradições populares no Brasil*, 3ª ed., Rio, F. Briguiet, 1946, pp. 121-52; Xavier Marques, *O feiticeiro: romance*, Rio, Leite Ribeiro, 1922, caps. 25, 27; Manoel Raimundo Querino, "Notícia histórica sobre o 2 de Julho de 1823 e sua comemoração na Bahia", *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Vol. 48, Salvador, 1923, pp. 77-105; João da Silva Campos, "Chronicas bahianas do século XIX", *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*, Vol. 25, Salvador, 1937, pp. 295-304. Estudos históricos sobre Dois de Julho incluem Hendrik Kraay, "Between Brazil and Bahia: Celebrating Dois de Julho in Nineteenth-Century Salvador", *Journal of Latin American Studies*, Vol. 31, nº 1, London, May, 1999, pp. 255-86 (traduzido como "Entre o Brasil e a Bahia: as comemorações do Dois de Julho em Salvador, século XIX", *Afro-Ásia*, Vol. 23, Salvador, 2000, pp. 49-87); Wlamyra R. de Albuquerque, *Algazarra nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889-1923)*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1999; Socorro Targino Martinez, *2 de Julho: a festa é história*, Salvador, Prefeitura Municipal do Salvador, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Fundação Gregório de Mattos, 2000.

“Frio como a pedra de que se há de compor”

aos heróis das guerras da independência, de um palco construído no Terreiro de Jesus para o festejo (Figura 3). Autoridades e cidadãos abastados se recolhiam ao Teatro São João para uma gala, à noite, que começava com outra continência ao retrato do imperador, seguida de diversos vivas, do hino nacional e da recitação de poesia patriótica, depois do que se assistia a uma ópera ou a um drama, tirado do repertório principalmente europeu da companhia teatral. Ao mesmo tempo, o palco iluminado era cedido a poetas amadores e a bandas de música, que divertiam a multidão que afluía ao Terreiro. Os caboclos ficavam à mostra, no palco, por diversas noites, durante as quais se repetiam o programa de poesia, a música e os vivas às autoridades. Finalmente, os caboclos eram devolvidos à Lapinha, num ruidoso desfile noturno que os levava pela cidade inteira.

Uma amálgama complexa de elementos diversos, a data tem sido difícil de analisar. Quase todos os estudiosos do Dois de Julho contemporâneo e histórico percebem que ele foge da lógica da conhecida classificação de três

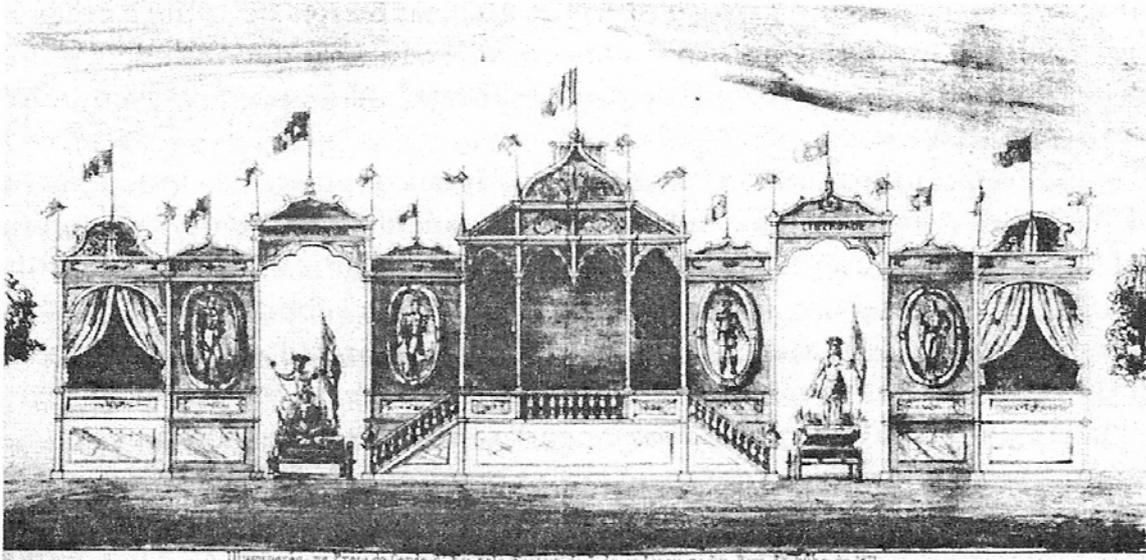


FIGURA 3. O Palco do Dois de Julho, 1871

NOTA. A legenda é: “Iluminação na Praça Conde d’Eu pelo Festim da Independência no Dia Dois de Julho de 1871.” Os retratos e figuras, da esquerda para a direita, são de Dom Pedro I, do caboclo, de Pedro Labatut, da Princesa Isabel (escondida), de Pedro II (escondido), de José Joaquim de Lima e Silva (escondido), do Visconde de Pirajá, da cabocla e do Barão de Belém.

Fonte: O Reverbero, 6 de Agosto de 1871, pp. 4–5.

tipos de rituais brasileiros, de Roberto DaMatta – desfiles militares, procissões religiosas e carnavais – combinando elementos de todos os três num único festival.⁸ Trazia uma mensagem política complexa, apresentando a mobilização popular na guerra da independência baiana como a fundação do Brasil, em vez dos atos de Dom Pedro I, comemorados no Rio de Janeiro, na estátua eqüestre, e oficialmente celebrados no dia 7 de setembro. Os caboclos, símbolos indigenistas com diversos significados, representavam a nação em figuras populares, sendo algo semelhante a santos seculares, a serem conduzidos pela cidade e venerados por seus fiéis. Juntamente com a popularidade inegável do Dois de Julho e seus aspectos carnavalescos, estes elementos sugerem que uma parte significativa da identificação com o Estado veio de baixo.

A mensagem política do Dois de Julho era complexa. Por um lado, era o principal feriado baiano, que comemorava episódios da sua história. Todos sabiam que não era festejado no resto do Brasil, mas os editoriais do dia insistiam com frequência que era “uma data gloriosa não só nos fastos da Bahia como nos da pátria”, um esforço típico de associar o Dois de Julho à emancipação política brasileira.⁹ Afirmar sua centralidade na independência oferecia aos baianos uma oportunidade de demonstrar sua importância simbólica face ao declínio econômico e político.¹⁰

Dois de Julho também celebrava as origens populares da independência baiana e os jornais de Salvador o distinguiam claramente do 7 de setembro.¹¹ Nas décadas de 1870 e 1880, os aspectos mais radicais do Dois de Julho – a lusofobia agressiva e as declarações vigorosas de soberania popular – característicos dos anos antecedentes, já haviam desaparecido da imprensa, mas ainda eram implícitos na participação popular no festejo. Em outro texto, analisei a violência contra soldados e bandas militares, que ocorria periodicamente, como uma rejeição das instituições hierárquicas do Estado nacional.¹²

⁸ Roberto DaMatta, *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, 6ª ed., Rio, Rocco, 1997, cap. 1; Kraay, “Between Brazil”, *op. cit.*, pp. 263-64; Albuquerque, *Algazarra*, p. 67; Ordep Serra, *Rumores de festa: o sagrado e o profano na Bahia*, Salvador, EDUFBA, 2000, pp. 148-59; José Augusto Laranjeiras Sampaio, “A festa de Dois de Julho em Salvador e o ‘lugar’ do índio”, *Cultura*, Vol. 1, nº 1, Salvador, 1988, p. 154.

⁹ “Dous de Julho”, *O Monitor*, 2 de julho de 1876, p. 1.

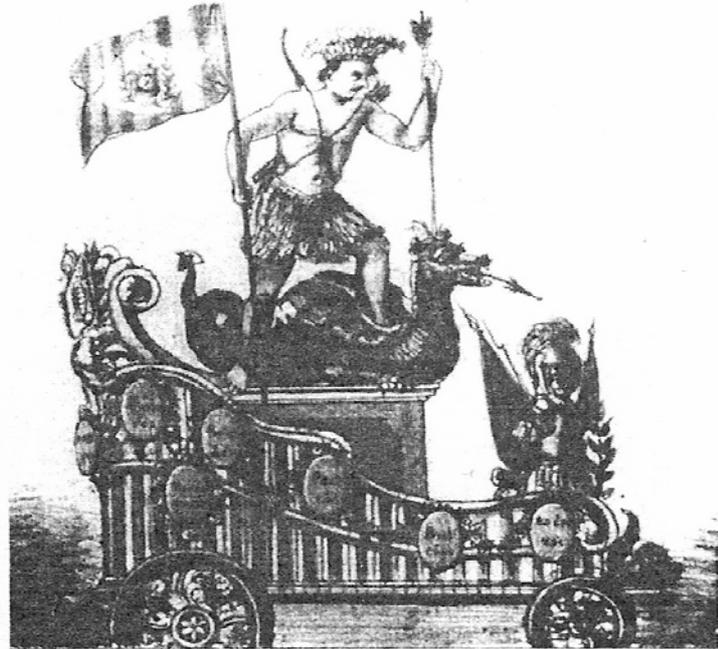
¹⁰ Albuquerque analisa esta questão para uma época posterior, *Algazarra*, pp. 30-48, 111-23.

¹¹ Ver, por exemplo, *Correio da Bahia*, 2 de julho de 1878, p. 1; “Dous de Julho”, *Gazeta da Bahia*, 2 de julho de 1879, p. 1.

¹² Kraay, “Between Brazil”, *op. cit.*, pp. 282-83.

“Frio como a pedra de que se há de compor”

FIGURA 4. O Caboclo, 1871
NOTA. Esta imagem é ao contrário, porque o caboclo segura a lança na mão direita (ver Figuras 3 e 5).
Fonte: O Reverbero, 6 de Agosto de 1871, p. 1.



Carro triumphal do Dois de Julho

A freqüência com que jornais relatavam a passagem pacífica do Dois de Julho (ou a esperavam) revela a preocupação da elite com a manutenção da ordem. Com ironia não-intencional, a Câmara Municipal lembrava aos baianos, no bando de 1880, a importância do “trabalho, poderoso elemento do progresso das nacionalidades modernas”. Ademais, as comemorações do Dois de Julho eram a ocasião em que jornais oposicionistas (e os demais patriotas) podiam criticar o governo com mais liberdade do que normalmente. Em 1882, a *Gazeta da Bahia* lamentou que, no dia em que baianos comemoravam sua “liberdade”, o povo sofria o “reinado da ditadura, governados pelo despotismo!”.¹³

Os caboclos, as figuras indígenas masculina e feminina, que eram centrais nas comemorações do Dois de Julho e que simbolizavam a independência na Bahia, exemplificam a interpretação popular da independência e da nação. O caboclo – um índio que trespassa a serpente da tirania (portuguesa) – data da década de 1820 (Figuras 4 e 5). Suas origens no patriotismo lusofóbico

¹³ *O Asorrague*, 3 de julho de 1878, p. 3; *Gazeta da Bahia*, 1 de julho de 1884, p. 1; 4 de julho de 1886, p. 2; *Correio de Notícias*, 5 de julho de 1897, p. 1; *Jornal de Notícias*, 4 de julho de 1898, p. 1; Edital, *Gazeta da Bahia*, 27 de junho de 1880, p. 1; “A ditadura”, *ibid.*, 4 de julho de 1882, p. 1.



FIGURA 5. O Caboclo no Seu Carro Alegórico (2 de Julho de 2000)
Fonte: Foto de Hendrik Kraay



FIGURA 6. A Cabocla (2 de Julho de 2000)
Fonte: Foto de Hendrik Kraay

pós-independência são claras, e caboclos apareciam na primeira página de jornais antiportugueses.¹⁴ O caboclo também fazia parte de esforços mais amplos de associar o Brasil recém-independente a um passado indígena relativamente idôneo e indubitavelmente americano, uma análise que tem paralelos nos estudos da literatura indigenista. Ademais, a resistência dos índios aos ataques portugueses se assemelhava de certa forma à luta brasileira pela sua libertação do jugo metropolitano.¹⁵ Segundo Manoel Raimundo Querino e Alexandre José de Mello Moraes Filho, a cabocla foi esculpida na década de 1840, à insistência de um presidente provincial, natural de Portugal, que achava o caboclo ofensivo (Figura 6). A história, apesar de plausível, não foi confirmada na imprensa daqueles anos, mas a cabocla é sem dúvida uma figura

¹⁴ Ver, por exemplo, *O Abatirá* (Santo Amaro), 2 de julho de 1851.

¹⁵ David Brookshaw, *Paradise Betrayed: Brazilian Literature of the Indian*, Amsterdam, CEDLA, 1988, pp. 34-35; David Treece, *Exiles, Allies, Rebels: Brazil's Indianist Movement, Indigenist Politics, and the Imperial Nation-State*, Westport, Greenwood, 2000, pp. 91-93, 96.

mais passiva.¹⁶ Nos anos de 1870, ambas as figuras desfilavam e eram exibidas juntas (Figura 3).

Ainda falta analisar todos os significados complexos dos caboclos na cultura popular. Apesar de serem imagens não-brancas, constituíam originalmente uma rejeição da herança africana dos baianos. A sua origem, o indigenismo, era altamente exclusiva.¹⁷ Enquanto a população africana cedia lugar à afro-brasileira crioula, depois do fim do tráfico, em meados do século, os caboclos ganhavam espaço na cultura popular. Hoje, caboclos são santos importantes em algumas tradições do Candomblé e indícios desta transformação podem ser vistos nas reclamações oitocentistas de batuques durante as comemorações do Dois de Julho.¹⁸

Na década de 1870, celebrar o Dois de Julho era uma tradição bem estabelecida há mais de meio século; de fato, jornais com frequência mencionavam atividades costumeiras, sem descrevê-las. Dois de Julho também era problemático para alguns na sociedade baiana. Excessos populares, reais ou latentes, eram preocupantes e os caboclos tornavam-se imagens cada vez mais duvidosas, à medida que o indigenismo saía da moda. Como todas as tradições e rituais, o Dois de Julho evoluía constantemente, e alguns cronistas posteriores perceberam o início da década de 1870 como o apogeu do festival. João da Silva Campos (1880-1940) considerou 1875 como o último dos grandes festejos “dos velhos tempos” e, à medida que escreviam sobre suas próprias experiências, Querino (1851-1923), Mello Moraes Filho (1843-1919) e Xavier Marques (1861-1942) captaram o festival destes anos.¹⁹ Superficialmente, todavia, não mudou muito e, ano após ano, os baianos repetiam o programa bem estabelecido de parada, *Te Deum*, continências ao imperador e às

¹⁶ Querino, “Notícia”, p. 86; Moraes Filho, *Festas*, p. 127. Martinez analisa as contradições dos cronistas, *2 de Julho*, pp. 71-72.

¹⁷ Lilia Moritz Schwarcz, *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, 2ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 148.

¹⁸ Kraay, “Between Brazil”, *op. cit.*, pp. 268-69; Jocélio Teles dos Santos, *O dono da terra: o caboclo nos candomblés da Bahia*, Salvador, Sarah Letras, 1995, pp. 39-51.

¹⁹ Campos, “Tradições”, p. 458; Moraes Filho, o mais velho dos cronistas, descreve uma alegoria patriótica, cuja história lhe contou sua mãe, um modelo de um vapor que foi usado para agenciar donativos para a Guerra do Paraguai, episódio que pode ser independentemente datado de 1866, *Festas*, p. 126; *O Alabama*, 5 de julho de 1866, pp. 1-2, 8; “Carta Particular”, Salvador, 30 de junho de 1866, *Jornal do Comércio* (Rio), 7 de julho de 1866, p. 2. A maior parte da “Notícia” de Querino se refere explicitamente à década de 1870 e o enredo de *O Feiticeiro*, de Marques, se passa no final do império.

autoridades, iluminações noturnas no Terreiro de Jesus, acompanhadas de poesia e música militar, uma gala no teatro e a volta dos caboclos à Lapinha, três dias mais tarde.

Não obstante, algumas grandes mudanças no Dois de Julho ocorriam nesta época. A primeira foi sua associação cada vez mais explícita ao abolicionismo. Enquanto a libertação de escravos no Dois de Julho já acontecera em 1855, o costume tornava-se mais comum quando a campanha contra a escravidão ganhava força, na década de 1870.²⁰ A emancipação destacou-se no centro das comemorações de 1877, quando uma criança recém-liberta foi exibida num carro alegórico que seguia o caboclo na parada principal; em 1881, a gala começaria com uma “apoteose, para a qual estaria o palco devidamente transformado, sendo nesta ocasião entregues cartas de liberdade aos libertos pela comissão diretora dos festejos”.²¹ Jornais da década de 1880 e cronistas posteriores costumavam associar o Dois de Julho ao abolicionismo e, quando a abolição finalmente veio, no dia 13 de maio de 1888, houve uma demonstração impressionante da importância dos caboclos para as classes populares afro-baianas. Segundo o *Diário da Bahia*, antigos “escravizados” requeriam que os símbolos da liberdade fossem levados à rua para um desfile espontâneo.²² Em 1888 e 1889, Dois de Julho continuava, pelo menos para alguns, como uma festa abolicionista. Um batalhão patriótico, denominado Princesa Isabel, desfilou, em 1888, em honra da Regente, que assinara a lei que aboliu a escravidão, e um folheto, que circulou em 1888 ou 1889, lembrava as principais leis que puseram fim à escravidão, ligando-as à luta pela independência.²³ Enquanto o abolicionismo era um movimento da classe média educada, a associação do Dois de Julho à campanha contra a escravidão provavelmente servia para enraizar o feriado nas classes populares afro-brasileiras.

²⁰ “Carta particular”, Salvador, 3 de julho de 1855, *Jornal do Comércio* (Rio), 10 de julho de 1855, p. 1; “Carta particular”, 15 de julho de 1864, *ibid.*, 20 de julho de 1864, p. 2; *O Reverbero*, 6 de agosto de 1871, p. 7; Luis Anselmo da Fonseca, *A escravidão, o clero e o abolicionismo*, ed. facsimilar, Recife, FUNDAJ e Massangana, 1988, pp. 257-58.

²¹ Querino, “Notícia”, p. 100; “Festejos do Dois de Julho”, *Gazeta da Bahia*, 9 de julho de 1882, p. 1.

²² *O Faisca*, 27 de junho de 1886, p. 282; Querino, “Notícia”, p. 100; Moraes Filho, *Festas*, p. 131; *Diário da Bahia*, 13 de maio de 1888, citado em Martinez, *2 de Julho*, p. 115. Ver também Albuquerque, *Algazarra*, p. 89.

²³ Comandante das Armas ao Presidente, Salvador, 26 de junho de 1888, APEB, m. 3.464; Folheto, Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, pasta 44, doc. 5-K.

A segunda mudança nas comemorações naqueles anos foi a proliferação dos Dois de Julho de bairro, que prolongavam o festival durante o mês de julho e às vezes até agosto e que as espalhavam pela cidade e seus subúrbios. Estas comemorações eram geralmente reproduções em miniatura do festejo principal, com visitas dos caboclos, iluminações, palcos para leituras de poesia e palestras patrióticas e música marcial. Dezenas de localidades para tais festivais podem ser documentadas na imprensa destes anos. A maioria dos Dois de Julho de bairro eram populares ou plebéias na sua orientação, levando o festival e seu patriotismo mais próximos da população urbana.²⁴

Um terceiro conjunto de mudanças no Dois de Julho, nas décadas de 1870 e 1880, é mais difícil de analisar. Jornais comentavam com frequência que o feriado era comemorado com menos entusiasmo do que antigamente. Em 1889, o *Diário do Povo* lamentou a “indiferença da população e sociedades que não tomaram parte”. “Frios e pouco concorridos correram os festejos”, comentou a *Gazeta da Bahia* em 1880 e, posteriormente, atribuiu a falta de entusiasmo às crises política e econômica da Província: “que há de fazer o povo senão protestar pela sua indiferença?” – perguntou, em 1883.²⁵ Diversos jornais perceberam um declínio gradativo na participação oficial e da classe alta no Dois de Julho. Já em 1871, *O Alabama* criticou asperamente a Câmara Municipal, da qual apenas um vereador assistiu ao *Te Deum*, e a Guarda Nacional, da qual nenhum comandante desfilou. Em 1877, *O Monitor* comentou que alguns “zombam até das manifestações populares, riem dos emblemas da liberdade e acham-nos impróprios da civilização moderna”.²⁶ As tradições do Dois de Julho, todavia, tinham seus defensores. Em 1886, *O Faisca* condenou os que, “metidos na estreita concha do seu egoísmo, julgam que já é tempo de acabar-se com patriotadas [grifo no original]”.²⁷ Ao mesmo tempo que lamentava o declínio do Dois de Julho, a *Gazeta da Bahia* defendia os festejos populares: “Estes festejos ruidosos, em que o povo expande e rejubila não são meras expansões de um entusiasmo louco. São generoso culto às tradições da pátria. São homenagem sincera à memória dos heróis, que nos deram

²⁴ Kraay, “Between Brazil”, *op. cit.*, p. 262; Hildegardes Vianna, “Dois de Julho de bairros”, *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Vol. 86, Salvador, 1976-1977, pp. 275-85.

²⁵ “Dous de Julho”, *Diário do Povo*, 3 de julho de 1889, p. 1; “Festejos do Dous de Julho”, *Gazeta da Bahia*, 4 de julho de 1880, p. 1; “O dia 2 de Julho”, *ibid.*, p. 1

²⁶ *O Alabama*, 6 de julho de 1871, p. 1; “La vae verso”, *ibid.*, p. 3; *O Monitor*, 1 de julho de 1877, p. 1.

²⁷ “De relance”, *O Faisca*, 4 de julho de 1886, p. 289.

a independência e a glória”.²⁸ Tais defesas do Dois de Julho são, é claro, indícios significativos das críticas que seus costumes enfrentavam.

A proclamação da república abalou os costumes tradicionais do Dois de Julho e a população baiana. Os republicanos não só eram uma pequena minoria na Bahia (compunham-se principalmente de estudantes de medicina e alguns oficiais militares), mas também o regime imperial gozava de uma popularidade genuína nos seus últimos anos, principalmente por causa do papel aparentemente central da família imperial na abolição.²⁹ O novo governo estadual republicano, ao que parece, hesitava perante o Dois de Julho; apenas na última hora liberou o subsídio tradicional de dois contos de réis para a Câmara Municipal organizar o festival de 1890. Dois relatos jornalísticos concordam em que ele foi pouco concorrido por uma população indiferente. Para o jornal católico *Leituras Religiosas*, isto era de esperar, dada a hostilidade da república secularizante à igreja; o *Pequeno Jornal*, ainda apoiando a mudança de regime, podia apenas lamentar que o povo deixasse de demonstrar um patriotismo suficiente: “um povo indiferente jamais terá uma pátria livre”.³⁰ Horrorizado, este jornal também relatou os “graves acontecimentos” de Valença, onde “a canalha, por ocasião dos festejos do Dous de Julho, rasgou bandeiras republicanas e tentou apedrejar o retrato do chefe do governo provisório, generalíssimo Deodoro [da Fonseca]”.³¹ Significativamente, não há indícios de que os organizadores do festejo tentassem exibir o retrato de Deodoro em Salvador, nem que autoridades republicanas participassem das comemorações. Já em 1892, o *Pequeno Jornal* estava completamente decepcionado com a república, enquanto o *Jornal de Notícias* tentava associar o Dois de Julho às virtudes republicanas. As comemorações deste ano, em Salvador, se assemelhavam mais às do final do império, embora autoridades (inclusive o governador) apenas assistissem ao *Te Deum* e se não fizesse esforço nenhum para realizar rituais públicos de reconhecimento do regime e de seus repre-

²⁸ “Dous de Julho”, *Gazeta da Bahia*, 2 de julho de 1882, p. 1.

²⁹ José Murilo de Carvalho, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*, 3ª ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 29; Roderick J. Barman, *Citizen Emperor: Pedro II and the Making of Brazil, 1825-1891*, Stanford, Stanford University Press, 1999, p. 346.

³⁰ “Dous de Julho”, *Pequeno Jornal*, 20 de junho de 1890, p. 1; *Leituras Religiosas*, 6 de julho de 1890, p. 112; “2 de julho”, *Pequeno Jornal*, 3 de julho de 1890, p. 1; “Porque tanta indiferença?”, *ibid.*, p. 1.

³¹ “Graves acontecimentos”, *Pequeno Jornal*, 5 de julho de 1890, p. 2. No dia seguinte, depois de prender “os mais ousados turbulentos”, as autoridades republicanas desta cidade colocaram o retrato de Deodoro no palco, em meio de “aclamações entusiásticas e repetidas”, *ibid.*

sentantes.³² Dois de Julho, ao que parece, era tão estreitamente ligado ao regime imperial que não podia ser facilmente absorvido pela república, e autoridades republicanas tinham tanta dúvida acerca do seu apoio popular que não arriscavam liderar vivas públicas da maneira que autoridades imperiais fizeram nos anos de 1870 e 1880.³³

Enfim, dos anos de 1870 até 1890, Dois de Julho sofreu um afastamento gradativo da parte da classe alta e uma perda da identificação da elite baiana com o festejo, um processo que deve ter sido acelerado pela proclamação da república. A primeira discussão explícita deste processo apareceu numa longa análise da transformação do festival, publicada em 1896. Depois de uma descrição das comemorações tradicionais, tão completa quanto a dos folcloristas posteriores, Tupinambá analisou as mudanças que ocorreram:

Começaram a ver no Dois de Julho não uma legítima e belíssima expansão da alma popular, mas uma simples patriotada, sem importância e alcance prático.

Chegou a coisa a ponto de haver quem tivesse vergonha de sair num batalhão patriótico.

Para puxar os caboclos, já era preciso *recrutar* gente [grifo no original], por ser feio a um homem de certa ordem puxar aqueles carroções velhos e desengonçados, que deviam ser guardados, por sua vez, numa cafuva, para que o estrangeiro não chegasse a rir à nossa custa; por isto que dávamos notícia da nossa selvageria e ignorância simbolizando o Brasil na figura de um caboclo que nem ao menos vestia calças.

Tupinambá atribuiu a popularidade do Carnaval, que recentemente ultrapassara a do Dois de Julho, à vergonha que alguns sentiam perante o caboclo, que “não é branco e só veste penas. Se ao menos ele tivesse sido importado do estrangeiro”, continuou, sem completar a frase.³⁴ Nesta análise, identificou o desejo de modernização, europeização e embranquecimento da parte da classe alta e média como a causa principal do declínio do Dois de

³² “Revista diária”, *Pequeno Jornal*, 1 de julho de 1892, p. 1; “O Dia da Patria”, *Jornal de Notícias*, 1 de julho de 1892, p. 1; “Festejos do 2 de Julho”, *Pequeno Jornal*, 4 de julho de 1892, p. 1; e “Os Festejos do 2 de julho”, *Jornal de Notícias*, 4 de julho de 1892, p. 1; e 6 de julho de 1892, p. 1.

³³ Dois estudos recentes destacam a natureza festiva do regime imperial e sugerem que o declínio do império correspondia ao declínio dos festejos populares tradicionais, Schwarcz, *Barbas*, pp. 247-94; Martha Abreu, *O império do divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*, Rio, Nova Fronteira; São Paulo, FAPESP, 1999.

³⁴ Tupinambá, “Cavaquemos”, *Diário da Bahia*, 2 de julho de 1896, p. 1.

Julho. O comentário de Tupinambá apareceu um ano depois da inauguração do monumento do Dois de Julho, no qual se destacava uma estátua de bronze de um caboclo, de quatro metros, fundida na Itália, e, assim, admoestou a elite baiana por sua aceitação de um caboclo estrangeiro, enquanto rejeitava a versão nacional.

Ademais, a análise de Tupinambá deve ser vista no contexto de um Dois de Julho cada vez mais popular, sugerido pela sua identificação com a abolição e a proliferação dos Dois de Julho de bairro, através dos quais o festejo fugia ao controle do governo e da elite. Desta maneira, quando jornais lamentavam a diminuição do entusiasmo dois-de-julhista, discutiam o público alfabetizado da classe média e alta (aos quais os jornais se destinavam), os homens “de certa classe”, com vergonha de puxar os caboclos. Parte deste processo, como bem observou Tupinambá, foi a campanha para erigir o monumento ao Dois de Julho.

O Monumento ao Dois de Julho, 1876-1895

Enquanto a primeira referência a um projeto para um monumento ao Dois de Julho data de 1849, quando a Sociedade 2 de Julho convocou uma reunião para discuti-lo, e baianos às vezes lamentavam que nem “uma alvenaria humilde” comemorava a independência,³⁵ a primeira campanha duradoura para um monumento começou em 1876. A independência baiana era um fato histórico que não pôde facilmente ser reduzido a um único monumento alegórico, muito menos à estátua de uma pessoa. Os caboclos eram símbolos indubitavelmente bem estabelecidos, mas já eram controvertidos nos meios governamentais e na elite baiana, cujo apoio seria necessário para qualquer monumento. Além disto, nenhum indivíduo se prestava como símbolo da maneira pela qual Dom Pedro I podia ser visto como o fundador do império. Por causa disto, o primeiro desenho conhecido para o projetado monumento ao Dois de Julho, que data de 1877, não incluiu nada de baiano: propôs uma alegoria feminina numa coluna, segurando louros e cadeias quebradas nas mãos.³⁶

A campanha para o monumento dos anos de 1870 foi liderada pelos diretores dos festejos do Dois de Julho, cujo apelo para donativos destacou a

³⁵ *O Século*, 18 de outubro de 1849, p. 4; “Carta particular”, Salvador, 5 de julho de 1864, *Jornal do Comércio* (Rio), 10 de julho de 1864, p. 1.

³⁶ Arquivo Municipal da Cidade do Salvador, Fototeca, pasta 771, foto 582.

necessidade de um monumento popular. Dom Pedro I certamente merecia seu monumento no Rio de Janeiro, mas foi ele maior que “o povo, que lutou, sacrificou-se e venceu?” – perguntaram. Dentro de pouco tempo, começaram a agenciar donativos. No palco de 1876, colocaram caixas coletoras e estudantes receberam uma autorização para encenar um espetáculo de teatro em benefício do projeto, durante o qual seria desempenhada *Glória baiana*, de Antônio Frederico de Castro Alves. Apesar da crise financeira, o governo provincial liberou 30 contos de réis (valor quinze vezes maior que a sua contribuição anual para as comemorações do Dois de Julho). O deputado provincial João de Brito sustentou que era um investimento importante, porque “a utilidade dos monumentos foi sempre reconhecida, e não há uma nação civilizada do globo que os não possua”. Monumentos, continuou, eram lições de história, mais eloquentes do que as palavras dos historiadores.³⁷

De certa forma, Brito tinha razão, mas deixou de explicar qual história seria comemorada no monumento. Além disto, nem todos concordaram com o projeto. De Feira de Santana, *O Motor* fustigou o monumento, “frio como a pedra de que se há de compor”, proclamando que seus patrocinadores visavam suprimir a festa popular.³⁸ Embora *O Motor* tivesse razão, a campanha avançou aos poucos e, em 1881, a pedra primeira do monumento foi abençoada e colocada na Praça dos Mártires (Campo da Pólvora). O auto da solenidade indica a presença de todas as autoridades do executivo e do legislativo provinciais e relata que uma grande multidão deu “entusiásticos vivas à religião do estado, a Sua Magestade o Imperador e à família imperial, ao imortal dia Dois de Julho, à Constituição do Império, ao povo baiano, etc.”.³⁹ Não há indícios sobre como o lugar fora selecionado, nem se os organizadores já haviam escolhido o projeto do monumento.

A esta altura, a campanha falhou. As reportagens sobre o Dois de Julho de meados da década de 1880 não revelam nada sobre o monumento, mas, em 1887, o abolicionista Luiz Anselmo da Fonseca, respondendo à nomeação de uma comissão nova, que daria continuação ao projeto, apelou aos

³⁷ *O Monitor*, 7 de junho de 1876, p. 1; 1 de julho de 1876, p. 2; Requerimento de Estudantes ao Presidente, Salvador, 22 de junho de 1876, APEB, m. 1.569; Resolução 1.626, 10 de julho de 1876, *Coleção das Leis e Resoluções da Bahia*; Fala de João de Brito, 25 de maio, *Anais da Assembléia Legislativa da Província da Bahia* (1876), vol. 1, p. 129.

³⁸ *O Motor* (Feira de Santana), 30 de junho de 1877, p. 1.

³⁹ “Acta da collocação da primeira pedra”, 5 de julho de 1881, *O Monitor*, 13 de julho de 1881, p. 1; *Gazeta da Bahia*, 7 de julho de 1881, p. 1; 13 de julho de 1881, p. 1.

baianos que não se erigisse um monumento enquanto a escravidão persistisse no Brasil. O seu apelo passou despercebido e, em abril de 1888, modelos de gesso foram exibidos em Salvador; o *Diário do Povo* assegurou aos seus leitores que o preço do monumento era “comparativamente muito modesto”, mas um outro jornal, logo depois, apelou para novos donativos. No ano seguinte, o *Diário do Povo* urgiu aos organizadores que apressassem a construção do monumento e a Assembléia Provincial autorizou uma verba importante para “a obra de gratidão nacional”.⁴⁰ A *Locomotiva* queria saber, entretanto, se havia praça suficientemente limpa e decente na cidade para colocar o monumento. Publicou uma pequena charge, que mostra um burguês, confuso, apreciando o monumento coberto de mato e rodeado de gado, que pasta tranqüilamente (Figura 7). Erigir um monumento em tal praça seria igual a se vestir de casaco e luvas brancas “e ir de chinelos cumprimentar Suas Magestades.” Prosseguindo com a metáfora de trajes impróprios, este jornal aconselhou que o governo prestasse mais atenção à limpeza urbana e que a assembléia decretasse “a compra de botinas para que a mulata velha [Salvador] se calce antes que se vista de sedas e se ostente com luxuosos atavios”.⁴¹

No início da década de 1890, a questão da localização do monumento atormentava os organizadores. O que provocou a reconsideração do Campo dos Mártires não é claro, mas surgiu um debate violento, e o *Diário de Notícias* administrou um plebiscito para resolver a questão. Mais de 32.000 votos foram registrados; em comparação, apenas 7.800 homens tinham direito de voto nas eleições federais e estaduais na cidade, em 1906. Uma pequena maioria votou no Campo do Barbalho; o Campo dos Mártires ficou bem atrás, em segundo lugar, seguido do Campo Grande. Barbalho, perto da Lapinha, foi uma escolha popular em mais de um sentido, porque era um bairro de classe média baixa, bem diferente do nobre Campo Grande.⁴² A comissão do monumento, todavia, não era obrigada a aceitar o resultado do voto popular e, apoiando-se nas recomendações de uma comissão de engenheiros, escolheu Campo Grande. O debate marcou a cultura popular da cidade e o ditado “cho-

⁴⁰ Fonseca, *Escravidão*, p. 240; *Diário do Povo*, 10 de abril de 1888; *Diário da Bahia*, 4 de julho de 1888, citado em Martínez, *2 de Julho*, pp. 114-15, 116-17; *Diário do Povo*, 3 de julho de 1889, p. 1; Comissão do Monumento ao Dois de Julho ao Presidente, Salvador, 17 de agosto de 1889, APEB, m. 1.569.

⁴¹ *A Locomotiva*, 3 de maio de 1889, p. 125.

⁴² *Diário de Notícias*, 4 de agosto de 1891, citado em Martínez, *2 de Julho*, p. 118. Sobre o número de votantes, ver Sampaio, *Partidos*, p. 52.

“Frio como a pedra de que se há de compor”

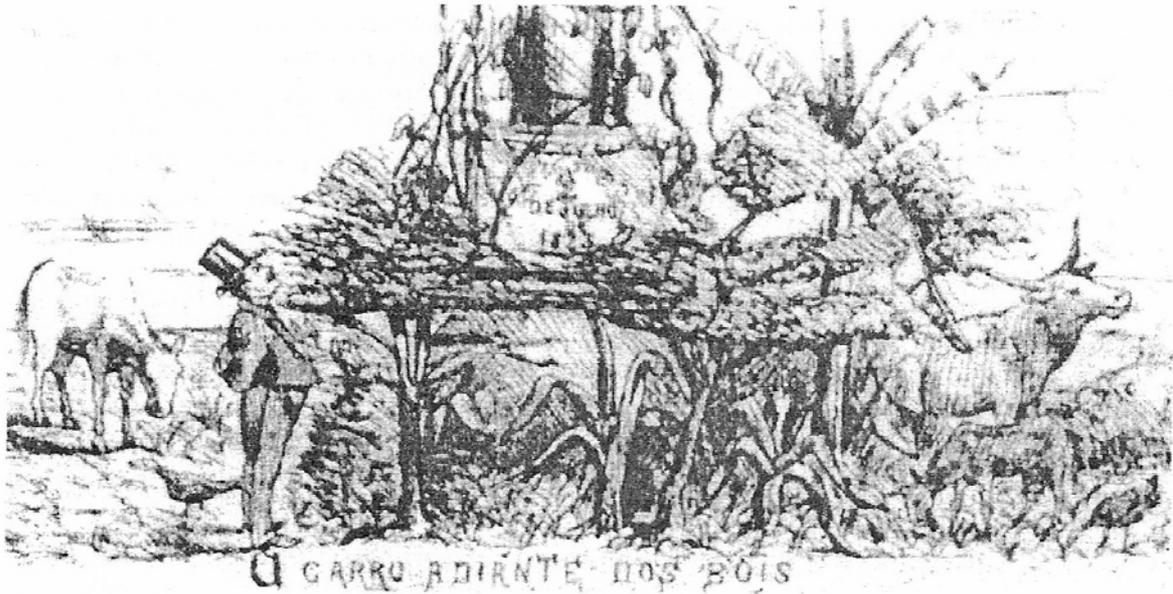


FIGURA 7. A Reforma Urbana e o Monumento ao Dois de Julho

NOTA. A legenda é: “O carro adiante dos bois”

Fonte: A Locomotiva, 3 de Maio de 1889, p. 124.

rar aos pés do caboclo” chegou a significar a única resposta possível a uma decisão tomada por poderosos.⁴³

Abençoada pelo arcebispo, a pedra primeira (isto é, a segunda pedra primeira) foi colocada no final das comemorações do Dois de Julho de 1892. Batalhões patrióticos, bandas militares, sociedades filarmônicas, a Câmara Municipal, todas as autoridades municipais e estaduais e “uma grande massa de povo” assistiram à solenidade, juntamente com os caboclos. O *Jornal de Notícias* convidou todos os baianos a se juntarem a este “novo movimento de civilização e, mais do que isto, de patriotismo”. O Senador Manuel Vitorino Pereira deu o tom às comemorações, numa longa palestra. Depois de invocar a “religião augusta do passado, piedoso culto votado às mais sagradas tradições”, aludiu enigmaticamente a algumas das questões suscitadas pelo monumento:

A resistência tenaz que oferecemos às inovações, a luta que alimentamos entre as invasões audaciosas do progresso e as nossas práticas primitivas e inveteradas, exprimem ainda o esforço com que procuramos salvar o passado,

⁴³ Martinez, *2 de Julho*, 118; *Pequeno Jornal*, 13 de novembro de 1891, p. 1; José Calasans, “O folclore da independência”, *Aspectos do 2 de Julho*, Salvador, Secretaria da Educação e Cultura, 1973, sem paginação.

que para nós merece o respeito sacrosanto das virtudes e nobreza dos nossos primeiros cidadãos. [Louvou o] (...) culto patriótico e entusiasmo, consagrado ao aborígene, o índio em quem simbolizamos a nossa origem a repercutir constante na alma popular dessas festas comemorativas”. [Todavia, saudou o monumento:] Essas estátuas foram fundidas, longe, bem longe de nós, lá nesse país onde a liberdade tem as vinganças celestes de Dante, e a humanidade teve as transfigurações solenes de Miguel Ângelo.⁴⁴

As tradições antigas, enfim, seriam mais bem comemoradas de maneiras novas, especialmente quando incorporavam as tradições culturais da Europa.

Logo depois, iniciou-se a obra, que foi completada em 1895. O monumento tem uma altura de quase 26 metros; foi projetado por Carlo Nicoli, cônsul brasileiro em Carrara, Itália, e um escultor pouco conhecido. É coroado de uma estátua de um caboclo, de quatro metros, na pose clássica em que pisa e trespassa a serpente da tirania. A coluna ostenta os nomes de 24 heróis da época da independência; todavia, as letras são pequenas demais para serem facilmente enxergadas do rés do chão. A coluna é flanqueada de duas figuras alegóricas: Catarina Paraguaçu, a índia semilegendária que ajudou os primeiros portugueses na Bahia, e uma alegoria robusta da Bahia, no ato de proclamar a sua independência. Debaixo destas alegorias femininas, duas figuras masculinas, recostadas, representam os dois rios principais da Bahia, o São Francisco e o Paraguaçu. Os outros lados da base quadrada sustentam dois baixos-relevos de bronze que comemoram duas batalhas: 25 de junho de 1822, na Cachoeira, e 7 de janeiro de 1823, em Itaparica. Mais quatro datas se encontram no monumento, apresentando uma história do Brasil com a Bahia no seu centro: a descoberta do Brasil (22 de abril de 1500), a fundação do Salvador (6 de agosto de 1549), a proclamação da independência (7 de setembro de 1822) e a entrada dos patriotas na cidade (2 de julho de 1823). As datas de quatro batalhas também são inscritas no monumento.⁴⁵

⁴⁴ “O Monumento”, *Jornal de Notícias*, 6 de julho de 1892, p. 1; “Festejos do 2 de Julho”, *Pequeno Jornal*, 6 de julho de 1892, p. 1; “O Monumento [sic]”, *Jornal de Notícias*, 5 de julho de 1892, p. 1; Palestra de Manoel Victorino Pereira, 5 de julho de 1892, *ibid.*, 6 de julho de 1892, p. 1.

⁴⁵ Ver as descrições em “Monumento aos Dois de Julho”, *Diário da Bahia*, 2 de julho de 1895, p. 3; Francisco Vicente Vianna, *Memória sobre o Estado da Bahia*, Salvador, Tip. do Diário da Bahia, 1893, pp. 344-47; João Batista Mattos, *Os monumentos nacionais: estado da Bahia*, Rio, Imprensa do Exército, 1956, pp. 167-72. Sobre Nicoli, ver Emmanuel Bénézit, *Dictionnaire critique et documentaire des peintres, sculpteurs, dessinateurs et graveurs de tous les temps*, edição revisada, 14 vols., Paris: Grund, 1999, Vol. 10, p. 205.

Até que aparecesse a documentação do concurso, podíamos apenas especular sobre as intenções do artista. Os baixos-relevos garantiam que o monumento era o mais baiano possível, incluindo episódios significativos para a segunda cidade do estado, Cachoeira, e para os habitantes da Ilha de Itaparica, perto de Salvador (25 de junho e 7 de janeiro eram comemorados, respectivamente, nestes distritos). A grande Batalha do Pirajá (8 de novembro de 1822) recebeu pouca atenção (sendo incluída com três batalhas menores), mas nunca fora objeto de comemorações importantes. Nenhum indivíduo da época da independência é representado nas estátuas – o monumento inteiro é alegórico – e agentes históricos são comemorados apenas nos nomes da coluna. São principalmente oficiais militares e lideranças políticas, mas a lista também inclui o corneta Luiz Lopes, que tocou erroneamente as ordens para um ataque de cavalaria, o que alegadamente provocou a retirada dos portugueses durante a Batalha do Pirajá.

Três anos depois da colocação da pedra primeira, o monumento foi inaugurado (Figura 1). O *Diário da Bahia*, então jornal governista, descreveu efusivamente a inauguração, dedicando todo o seu número do dia 2 de julho de 1895 à publicação de documentos históricos da guerra da independência e de clássicos da poesia dois-de-julhista, datando das décadas de 1820 a 1870. A inauguração propriamente dita começou com uma parada cuidadosamente organizada, que se iniciou no Terreiro de Jesus, ao qual os caboclos foram levados por uma companhia de bombeiros municipais, no dia 1 de julho.⁴⁶ Liderada por um piquete de polícia, que escoltava os caboclos e os bombeiros, a parada incluiu a comissão organizadora dos festejos do Dois de Julho, a Câmara Municipal, estudantes de medicina e direito, com seus estandartes, alunos dos liceus, um batalhão patriótico composto de artesãos, um contingente numeroso do Centro Operário, duas sociedades italianas de assistência mútua, um carro com três velhos veteranos da guerra da independência, representantes da indústria, outras sociedades não nomeadas no relatório e pelo menos quatro bandas de música. Aparentemente, o governador Joaquim Manuel Rodrigues Lima, o arcebispo interino e o representante do presidente da república aguardaram a parada ao lado do monumento. Ali, depois de uma missa campal, o monumento foi abençoado e um grande coro de crianças cantou o hino ao Dois de Julho; foi saudado com palestras, panegíricos e ver-

⁴⁶ A discussão que segue é baseada em “Festejos do 2 de Julho”, *Correio de Notícias*, 3 de julho de 1895, p. 1; e “Noticiário”, *Diário da Bahia*, 4 de julho de 1895, p. 1.

sos. O governador desvelou os baixos-relevos de bronze e liderou a multidão em vivas à república, “una e indivisível”, ao presidente, à Bahia, ao Dois de Julho e ao povo baiano. Todas foram calorosamente correspondidas. Telegramas do vice-presidente, o baiano Manoel Vitorino Pereira, e do senador do Estado Virgílio Clímaco Damásio foram lidos. O representante do presidente convidou o governador, a comissão dos festejos, a câmara e os outros “cavalheiros” para um “delicado *lunch*”, servido no seu palacete, perto de Campo Grande. Lâmpadas de magnésio iluminaram o Campo Grande, bem enfeitado, à noite, o que agradou muito à “enorme concorrência de famílias e pessoas do povo que foram admirar a grandiosa memória”.

O editorial do *Diário da Bahia* apresentou uma interpretação oficial do monumento. Destacou a centralidade da Bahia na história do Brasil como o lugar do descobrimento e da primeira missa, o que fez da Bahia a “célula matriz da atual sociedade brasileira”. Repetindo a interpretação republicana da independência, o autor sustentou que a proclamação de Dom Pedro I apenas consumou um processo, em andamento desde a Inconfidência Mineira de 1789. A resistência portuguesa significou que “aqui se celebrou a páscoa da independência brasileira”. Três quartos de século depois, era a hora em que “se imortalizasse no bronze perene o timbre da geração e do povo que fez e consolidou a independência”. O editorial apelou aos baianos para que fizessem do monumento o centro do seu “culto patriótico”, finalmente saudando-o como símbolo republicano: “Monumento erguido à liberdade, não repele, antes abraça a crença republicana, que é um desenvolvimento dos velhos códigos, derogados ou aperfeiçoados ao influxo da nova doutrina que os apóstolos de 89 disseminaram pelo mundo”.⁴⁷ Enfim, o editorial ligou duas instituições bem diversas ao Dois de Julho: a igreja, que também tinha papel de destaque na inauguração, e a república, cujas conexões ao Dois de Julho não eram nem óbvias nem aceitas no início da década de 1890.

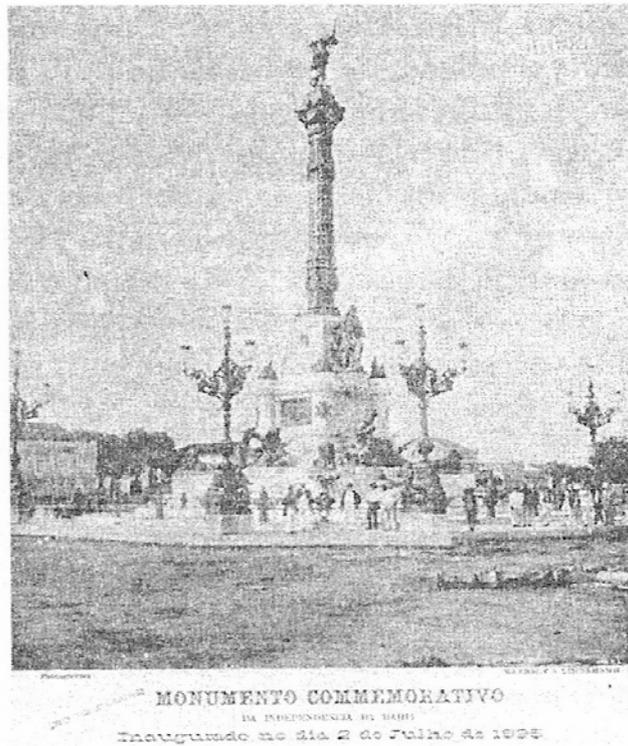
Algumas notas discordantes marcaram a inauguração. O *Correio de Notícias*, então jornal oposicionista, deixou de mostrar tanto entusiasmo para o monumento quanto o *Diário da Bahia*. Comentou que o festejo “tem corrido friamente” e observou, com alguma má vontade, que a fotografa de Gaensley e Lindemann, à venda na inauguração (Figura 8), mostrou a “irregular disposição das figuras, dispostas em mau efeito de perspectiva”. Mesmo o *Diário da Bahia* abriu suas colunas a dois comentários críticos. Um autor

⁴⁷ *Diário da Bahia*, 2 de julho de 1895, p. 1.

“Frio como a pedra de que se há de compor”

FIGURA 8. A Fotogravura do Monumento ao Dois de Julho de Gaensly e Lindemann

NOTA. Esta imagem parece ser apenas uma de uma série de fotografias tiradas do monumento por estes fotógrafos. Ver imagem semelhante, com as mesmas pessoas, em Gilberto Ferrez, Bahia: velhas fotografias, Rio, Kosmos, 1888, p. 186. Fonte: Coleção Antônio Marcelino, Museu Temporal, Salvador.



anônimo deplorou o declínio da “altivez de ontem” das comemorações, sob os “ataques que às tuas tradições têm sido perpetrados por muitos dos teus degenerados filhos!” Um outro escritor aceitou o monumento como a “consagração do passado”, mas, comentando os gravames sob os quais sofria o povo, sustentou que, se o monumento fosse “uma afirmação do presente”, teria que declarar publicamente: “Aquilo é uma mentira de bronze numa cruel ironia de mármore”.⁴⁸

A volta dos caboclos do Campo Grande à Lapinha, no dia 7 de julho, foi um contraste significativo com as comemorações oficiais. Os habitantes da freguesia de Santo Antônio além do Carmo prepararam “deslumbrantes e ruidosas diversões” e um grupo de cidadãos, liderado pelo “denodado abolicionista e convicto republicano” Frederico Lisboa, resolveu dedicar o dia aos três veteranos idosos da guerra da independência: Francisco Assis

⁴⁸ “Festejos do 2 de Julho”, *Correio de Notícias*, 4 de julho de 1895, p. 1; “Photo-gravura”, *ibid.*, 3 de julho de 1895, p. 1; “A maior data”, *Diário da Bahia*, 2 de julho de 1895, p. 2; R. Bizarria, “Out’ora e hoje”, *ibid.*, p. 2.

Gomes, Inácio Alves Nazaré e Constantino Nunes Mucugê. Apenas Nazaré tinha condições de participar do desfile e Lisboa convidou o povo a puxar seu carro, comentando que “por uma feliz coincidência os velhos soldados da liberdade não eram nem viscondes, nem marqueses; mas que eram simplesmente três ou quatro homens do povo, dois dos quais honrados artistas, ou ourives e o outro ferreiro”. A parada levou Nazaré, enfim exausto, à sua residência, no centro, e prosseguiu para a freguesia de Santo Antônio. Ali, os bombeiros, que até esta altura puxaram os caboclos, entregaram-nos ao “povo, que isso exigia para conduzi-los a Lapinha”.⁴⁹

O contraste entre este festejo e o da inauguração do monumento, cinco dias antes, não podia ter sido maior. Agora, o povo, os abolicionistas, os artesãos veteranos da guerra da independência e os caboclos tomaram o lugar das autoridades e do monumento. Mas, ao deixarem Campo Grande e o Terreiro de Jesus, os caboclos não voltariam durante muitos anos àqueles distritos da cidade.

A Transformação do Dois de Julho, 1896-1900

A inauguração do monumento ao Dois de Julho foi o início de mudanças significativas na geografia social das comemorações do feriado. Todas as reportagens dos anos seguintes concordam em que houve uma bifurcação delas.⁵⁰ Dois centros de comemoração emergiram, um em torno do monumento, outro na praça principal de Santo Antônio além do Carmo, no lado oposto da cidade. As comemorações do Campo Grande eram organizadas pelo governo municipal, enquanto o festejo do Santo Antônio era gerenciado pela elite local da freguesia.

Grandes chuvas estragaram o festejo de 1896 e o *Diário da Bahia* relatou que as comemorações “correram de modo frio”; nem “Zé povinho se interessa mais pelos seus grandes dias”, lamentou o colunista social deste jornal, perguntando-se se as reservas do patriotismo estavam finalmente exaustas.⁵¹ Tais lamentos eram comuns nestes anos, mas enfatizá-los demais obs-

⁴⁹ “2 de Julho”, *Correio de Notícias*, 6 de julho de 1895, p. 1; “Festejos de 2 de Julho”, *ibid.*, 8 de julho de 1895, p. 1; “Volta dos emblemas patrióticos”, *Diário da Bahia*, 9 de julho de 1895, p. 1.

⁵⁰ Esta mudança passou despercebida pela historiografia, apesar de uma alusão passageira de Martinez, *2 de Julho*, p. 124.

⁵¹ “2 de Julho”, *Diário da Bahia*, 4 de julho de 1896, p. 1; Rabelais Neto, “Aos Domingos”, *Diário da Bahia*, 5 de julho de 1896, p. 1.

“Frio como a pedra de que se há de compor”

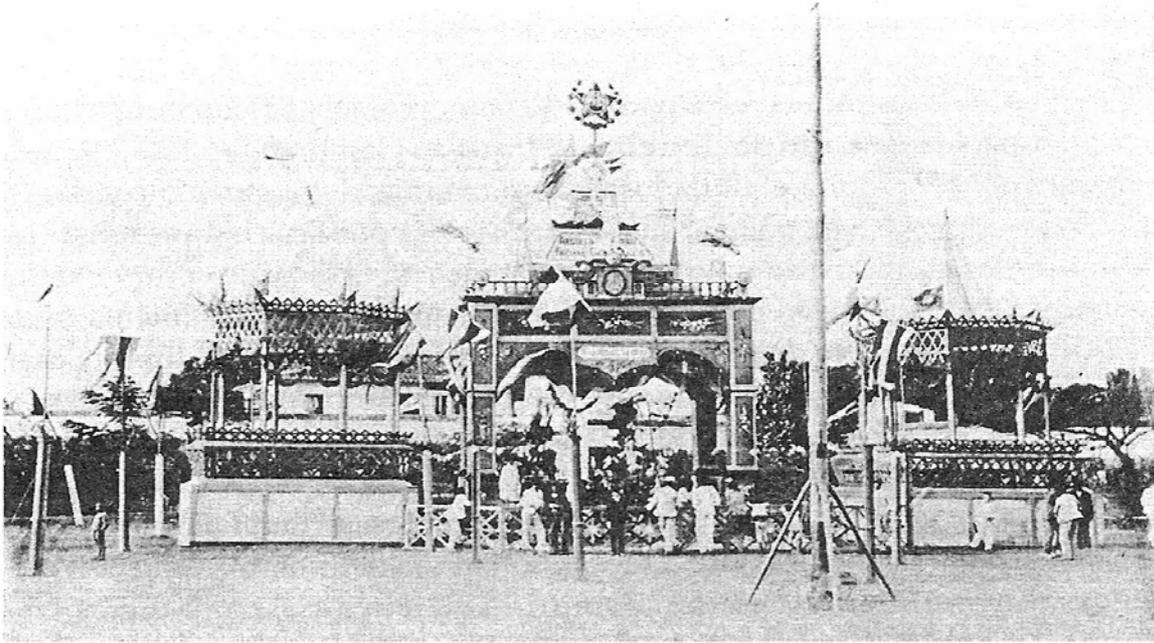


FIGURA 9. O Palco do Dois de Julho, Freguesia de Santo Antônio além do Carmo, c. 1900
NOTA. Esta imagem foi datada por Wlamyra R. de Albuquerque de 1900 a 1920; que erra ao localizá-la no Terreiro de Jesus, Algazarra nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889–1923), Campinas, Editora da UNICAMP, 1999, p. 144.
Fonte: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, pasta 6, reg. 0378.

cureceria os festejos que, de fato, ocorriam. Em 1896, começaram ao meio-dia no 2 de julho, quando os caboclos foram puxados do seu pavilhão, na Lapinha, pela freguesia de Santo Antônio até a sua praça principal. Foram acompanhados da comissão organizadora da freguesia, do intendente municipal e seu secretário, de uma banda da polícia, de um piquete da cavalaria policial e de um pequeno grupo de pessoas que enfrentavam a chuva. Depois de deixar as alegorias num palco construído para o festejo (Figura 9), um “pequeno cortejo”, que provavelmente incluía o intendente e alguns dos organizadores da paróquia, apressou-se ao Terreiro de Jesus, onde assistiu a *Te Deum*, juntamente com as autoridades municipais. Uma segunda parada, no final da tarde, seguiu do centro ao Campo Grande, onde, debaixo de chuvas torrenciais, estudantes da banda do Liceu marcharam em torno do monumento, tocando música patriótica. Que estas duas comemorações foram

eventos distintos é destacado pela publicação de anúncios separados para elas.⁵²

Nos anos seguintes, este padrão de comemorações ficou bem estabelecido. A parada da tarde do Terreiro de Jesus ao Campo Grande, a “grande romaria cívica”, ordeira e cuidadosamente organizada, incluía autoridades, oficiais do exército e da polícia, alunos das escolas públicas e representantes da imprensa, da indústria e de outras associações. O governo municipal financiava a comemoração no Campo Grande, que geralmente incluía fogos de artifício, iluminação da praça e concertos de música marcial, durante duas ou três noites. Em 1897, o intendente ofereceu champanha e sorvetes às senhoras dos convidados oficiais que assistiam ao espetáculo de fogos de artifício de um palco construído para a solenidade. Tanto o *Correio de Notícias* quanto o *Diário da Bahia* repararam a presença de numerosas “famílias”, indício de que este era um festival da elite. O *Jornal de Notícias* comentou, em 1898, que o governo municipal “soube cumprir seu encargo com relação ao aformosamento e iluminação do Campo Grande”, mas as comemorações noturnas eram menos sofisticadas: em vez de fogos de artifício, a cidade organizou uma grande fogueira, “diversão que tanto agrada ao nosso povo e que é complemento obrigado das suas festas”. Em 1899, a cidade foi criticada por ter colocado apenas umas bandeiras em torno do monumento, sem iluminar a praça, o que produziu “mau efeito”.⁵³

Em si, o monumento tinha um papel bastante restrito nestas comemorações. Não virou, como esperava o *Diário da Bahia*, em 1896, o objeto de uma “romaria popular.” Nem virou um símbolo sagrado, como os caboclos. Um jornalista condenou o “lesa-civismo” dos que se sentaram na escadaria e mesmo montaram nas estátuas de bronze para melhor ver as celebrações de 1897.⁵⁴ O uso da imagem do monumento em propaganda comercial, todavia, parece ter sido aceito sem reclamações e o anúncio de uma sapataria foi publicado com frequência nos jornais do final da década de 1890 (Figura 10).

⁵² “2 de Julho”, *Diário da Bahia*, 4 de julho de 1896, p. 1; “Festejos ao 2 de Julho”, *ibid.*, 1 de julho de 1896, p. 1; “Dous de Julho: Freguesia de Santo Antonio”, *ibid.*, 2 de julho de 1896, p. 1.

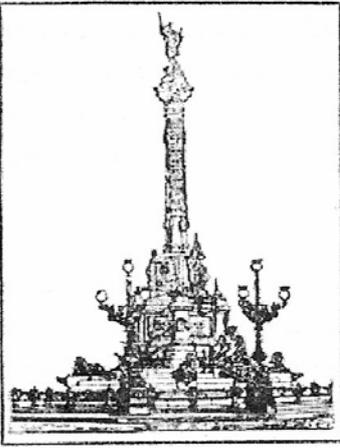
⁵³ “2 de Julho”, *Cidade do Salvador*, 12 de julho de 1897, p. 2; “2 de Julho”, *Correio de Notícias*, 1 de julho de 1900, p. 1; “2 de Julho”, *ibid.*, 5 de julho de 1897, p. 1; “Festejos do Dois de Julho”, *Diário da Bahia*, 6 de julho de 1897, p. 1; “Dois de Julho”, *Jornal de Notícias*, 4 de julho de 1898, p. 1; “2 de Julho”, *ibid.*, 3 de julho de 1899, p. 1.

⁵⁴ “Dous de Julho”, *Diário da Bahia*, 2 de julho de 1896, p. 1; Paul Kine, “Cavaquemos”, *ibid.*, 4 de julho de 1897, p. 1.

“Frio como a pedra de que se há de compor”

FIGURA 10. O Monumento ao Dois de Julho Usado em Propaganda Comercial
Fonte: Revista Popular, Setembro de 1897, sem paginação.

O MONUMENTO



PREÇOS ESTABELECIDOS COM LOGRO RESUMIDO

HENRIQUE DOS SANTOS SILVA
SUCESSOR DE ALVES & COMPANHIA
N. 1 - RUA CONSELHEIRO DANTAS - N. 1
BAHIA

CASA ESTÉBÈNET

Completo sortimento de óculos, lunetas, instrumentos de cirurgia medica e dentaria
Termômetros, aparelhos de aluzo-plata, ourivesaria e chatas
Ornamentos para igrejas
Culculars Sodger, dita americana
Artigos para presentes, ditas para montaria
Cafeteiras, bules, artigos para pharmacia, ditas para escriptorios
Fendas, saponeiros, ditas
Brinquedos para crianças, bengalas, etc. etc.

N. 50 - RUA DA ALFANDEGA - N. 50
JUNTO AO ELEVADOR

Ao contrário das poucas decorações de 1899 no Campo Grande, a praça de Santo Antônio foi “vistosamente embandeirada” e iluminada de eletricidade. Durante quatro noites, seria palco de concertos de música e, a julgar pela “grande afluência de gente” na primeira noite, este festejo excedeu em muito o do Campo Grande. Em Santo Antônio, os caboclos, em vez do monumento, foram os objetos principais das comemorações, que, segundo o *Correio de Notícias* de 1897, seguiam os “moldes das antigas festas realizadas nesta capital”. Alguns anos mais tarde, este jornal comentou que, “embora com origens distintas, duas festas, uma complementando a outra, foram promovidas”.⁵⁵ Enfim, todo o simbolismo tradicional e popular e todas as práticas do Dois de Julho foram transferidos para a freguesia de Santo Antônio, o que deixou o monumento como o objeto de um ritual cívico oficial – o desfile da tarde – que não se enraizou na sociedade baiana. O ciclo inteiro das ativi-

⁵⁵ “2 de Julho”, *Jornal de Notícias*, 3 de julho de 1899, p. 1; “2 de Julho”, *Correio de Notícias*, 5 de julho de 1897, p. 1; “Dois de Julho”, *ibid.*, 4 de julho de 1900, p. 1.

dades tradicionais e populares do Dois de Julho foi realizado em Santo Antônio: o levantamento de um mastro, o bando (que começou em 1899, na Lapinha, e percorreu a cidade inteira), o desfile dos caboclos, sua exibição durante algumas noites, em meio de uma festa popular, e sua volta à Lapinha. Havia pouca participação oficial no festival de Santo Antônio, que, segundo o *Correio de Notícias*, era “inteiramente popular” em 1897.⁵⁶

A separação entre os dois festejos, é claro, não podia ser absoluta. Em alguns anos, o intendente e os oficiais municipais participaram da parada de Santo Antônio, e a comissão organizadora da freguesia também convidou os representantes da imprensa a participarem do desfile.⁵⁷ Integrantes da parada de Santo Antônio se destinavam às vezes à “romaria cívica” – em 1899, por exemplo, um carro alegórico com uma criança, que representava o Estado da Bahia, carregava uma grinalda de flores, que seria depositada ao pé do monumento. Da mesma maneira, os lanceiros policiais, os aprendizes-marineiros, os bombeiros e os batalhões de estudantes, os órfãos e os operários às vezes se juntaram ao desfile da tarde. Os poucos batalhões patrióticos mencionados nestes anos – Patriotas de Santo Antônio, Legião de Labatut e Defensores de Santo Antônio – não deixaram a freguesia.⁵⁸ E os caboclos ficaram em Santo Antônio. As imagens de modernidade e progresso que esperamos encontrar na parada da tarde também apareceram em Santo Antônio. Em 1900, os operários do Empório Industrial do Norte, acompanhados de uma banda e liderados pelo dono da empresa, marcharam debaixo de uma bandeira branca com os lemas de “Paz” e “Trabalho”. Alunos receberam os caboclos em 1899 com o hino nacional e o da independência; neste ano, um jornal também louvou as autoridades policiais da freguesia, que garantiram que não haveria “jogos proibidos”, contraste marcante com o Campo Grande, onde jornalistas viram o jogo do bicho durante os festejos.⁵⁹

⁵⁶ “2 de Julho”, *Correio de Notícias*, 5 de julho de 1897, p. 1; “Festas”, *Jornal de Notícias*, 27 de junho de 1899, p. 1; “Dois de Julho”, *Correio de Notícias*, 4 de maio de 1900, p. 2; “2 de Julho”, *ibid.*, 3 de julho de 1897, p. 1.

⁵⁷ “2 de Julho”, *Jornal de Notícias*, 3 de julho de 1900, p. 1; “2 de Julho”, *Correio da Bahia*, 22 de junho de 1897, p. 1; Comissão dos Festejos ao *Diário da Bahia*, 18 de junho de 1897, *Diário da Bahia*, 23 de junho de 1897, p. 1.

⁵⁸ “2 de Julho”, *Correio de Notícias*, 3 de julho de 1897, p. 1; “2 de Julho”, *Jornal de Notícias*, 3 de julho de 1899, p. 1.

⁵⁹ “2 de Julho”, *Jornal de Notícias*, 3 de julho de 1900, p. 1; “2 de Julho”, *ibid.*, 4 de julho de 1899, p. 1; “Festas: 2 de Julho”, *ibid.*, 6 de julho de 1899, p. 1.

Enfim, na segunda metade da década de 1890, Santo Antônio além do Carmo consolidou sua posição como centro dos festejos populares do Dois de Julho, que excediam em brilho as comemorações promovidas pelo governo municipal, que se esforçava para fazer do monumento o centro das comemorações. Atualmente, a tradição oral atribui a importância de Santo Antônio no festejo ao fato de que o exército patriótico entrou na cidade pela freguesia, em 1823, mas isto simplifica um processo bem mais complexo.⁶⁰ A localização do pavilhão dos caboclos na Lapinha sem dúvida ajudou a cimentar a identificação local com os festejos do Dois de Julho. Mais importantes, talvez, foram os grandes esforços da elite da freguesia para a perpetuação do festejo. Sua organização mobilizou muitos moradores, a julgar pela estrutura das comissões paroquiais: uma comissão central nomeava comissões de quarteirão para enfeitar as ruas que seriam percorridas pela parada.⁶¹ Pouco se sabe dos envolvidos, mas o Coronel Manoel Lopes Pontes, presidente da comissão paroquial em 1899, fora, segundo sua necrologia, “influência política no distrito de Santo Antônio”. Dono do Colégio Santo Antônio e militante do Partido Liberal, no final do império, era também coronel da Guarda Nacional e servira na Assembléia Estadual.⁶² Para tais homens, organizar um festejo paroquial podia ter sido simplesmente uma continuação da sua atividade política em nome da comunidade local. Sua necrologia também destaca que era “oposicionista” na república, o que sugere que o seu apoio ao Dois de Julho da freguesia refletia sua oposição ao governo e às suas comemorações ao redor do monumento. No sentido mais amplo, tais homens revelam a complexa política cultural de uma elite baiana que não era unificada no seu desejo de modernizar ou civilizar as comemorações do Dois de Julho.

As transformações das comemorações do Dois de Julho dos anos de 1870 aos de 1890 sugerem algumas outras considerações. Enquanto a história do monumento pode ser facilmente enquadrada em interpretações que focalizam o desejo da elite brasileira do final dos oitocentos para modernização, europeização, progresso e civilização, também revela a complexidade deste processo. Monumentos visam fixar versões aceitáveis da história e, como têm sustentado muitos de seus estudiosos, uma vez construídos, tendem a

⁶⁰ Entrevista com Raimundo de Almeida Gouveia, 17 de novembro de 1998, em *Salvador era assim: memórias da cidade*, Ubiratan Castro de Araújo (Org.), Salvador, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1999, p. 48.

⁶¹ Ver, por exemplo, “2 de Julho”, *Correio de Notícias*, 26 de junho de 1897, p. 1.

⁶² “Necrologia”, *Jornal de Notícias*, 7 de julho de 1899, p. 1.

virar aspectos naturais da paisagem urbana, com suas interpretações incontestadas, embora os projetos fossem altamente controversos.⁶³ O monumento ao Dois de Julho, ao contrário, não conseguiu suprimir os caboclos nem o festejo popular, que simplesmente se deslocaram para a freguesia de Santo Antônio além do Carmo, de onde conquistaram novamente seu papel nos festejos do resto da cidade, em meados do século XX.

O monumento é o que Paulo Knauss caracterizaria como uma imagem da gratidão que “fixa simbolicamente a aliança entre Estado e Sociedade”, mas é difícil perceber tal aliança durante os festejos do Dois de Julho, quando amplos setores da sociedade repudiaram o Estado.⁶⁴ Os Estados podem fazer declarações (*states may state*), para parafrasear uma obra frequentemente citada,⁶⁵ mas o povo nem sempre presta atenção. As pessoas podem aceitar, rejeitar, ignorar ou modificar as declarações incorporadas em monumentos. Todavia, até que ponto o Dois de Julho do Santo Antônio além do Carmo foi uma comemoração verdadeiramente cívica é ainda questão aberta. Pode ter sido apenas uma festa popular. O grau de patriotismo ou nacionalismo no festejo é também uma questão difícil. Com certeza, o festejo tinha (e tem) um papel importante na definição da identidade coletiva baiana e, dada a ordem política altamente exclusiva da república, ofereceu um espaço alternativo para certa identidade política, a um nível básico, a rejeição do nacionalismo oficial. Neste sentido, a análise de José Murilo de Carvalho, do Rio de Janeiro, depois de 1889, revela semelhanças com a experiência baiana. Enquanto o povo da capital brasileira fosse “bestializado”, segundo a elite e os comentaristas estrangeiros, era mais provavelmente “bilontra” e deu às costas ao Estado e à ordem política que o excluía, construindo sua identidade e comunidade em sociedades de assistência mútua, em festas populares, como a da Penha, e (posteriormente) no futebol, na samba e no carnaval, hoje caracteristicamente cariocas.⁶⁶

Dois de Julho passou por uma trajetória semelhante e, em meados do século XX, os caboclos voltaram às ruas de Salvador, quando as tradições

⁶³ Savage, *Standing Soldiers*, pp. 7-8; Paulo Knauss, “Imagens da cidade: monumentos e esculturas no Rio de Janeiro”, *Entre Europa e África: a invenção do carioca*, Antônio Herculano Lopes (Org.), Rio, Topbooks, 2000, p. 299.

⁶⁴ Paulo Knauss, “Introdução”, em *Cidade vaidosa*, Knauss (Org.), p. 9.

⁶⁵ Philip Corrigan and Derek Sayer, *The Great Arch: English State Formation as Cultural Revolution*, Oxford, Basil Blackwell, 1985, p. 3.

⁶⁶ Carvalho, *Bestializados*, cap. 5.

antigas do século XIX foram reinventadas na parada atual, que os leva da Lapinha ao centro, de manhã, e ao monumento, à tarde.⁶⁷ Hoje, autoridades civis e militares (inclusive o prefeito e o governador) acompanham todo o percurso do desfile a pé. Se isto representa a vitória do festejo popular ou sua cooptação pela elite dominante é em si difícil de estabelecer. Há uma tendência de ver processos semelhantes no carnaval e em outras formas de cultura popular como esforços de cooptá-los e controlá-los.⁶⁸ Ao contrário do Movimento Negro Brasileiro, cuja liderança tem discutido muito a eficácia da política cultural,⁶⁹ ao Dois de Julho tem faltado uma liderança ideológica, o que deixa o significado político do festejo popular mais obscuro. Talvez, todavia, uma maneira melhor de analisar o Dois de Julho atual seja reconhecer que a luta secular entre os caboclos e o monumento continua sem vencedor.

⁶⁷ Martínez data a volta dos caboclos de 1943, *2 de Julho*, p. 143; enquanto Hildegardes Viana sustenta que 1959 foi o ano em que as tradições antigas foram ressuscitadas, “Folclore cívico na Bahia”, em *Ciclo de conferências sobre o sesquiscentenário da independência na Bahia em 1973*, Salvador, Universidade Católica de Salvador, 1977, pp. 176-77.

⁶⁸ Robert M. Levine, “Elite Intervention in Urban Popular Culture in Modern Brazil”, *Luso-Brazilian Review*, Vol. 21, nº 2, Madison, Winter, 1984, pp. 9-22; Ruben George Oliven, “The Production and Consumption of Culture in Brazil”, *Latin American Perspectives*, Vol. 11, nº 1, Thousand Oaks, Winter, 1984, pp. 103-15.

⁶⁹ Para uma introdução a estas questões, ver Kim D. Butler, “Ginga Baiana – The Politics of Race, Class, Culture, and Power in Salvador, Bahia”, em *Afro-Brazilian Culture and Politics: Bahia, 1790s-1990s*, Hendrik Kraay (Org.), Armonk, M.E. Sharpe, 1998, pp. 158-74.